

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito para falar é o deputado Mauricio Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, servidores da Udesc, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, trago dois assuntos hoje para tratar nesta tribuna. O primeiro deles muito grave, até pela situação que presenciei no último final de semana e que, pelo que verifiquei, tem ocorrido todos os finais de semana no oeste e, principalmente, no extremo oeste catarinense.

Refiro-me à BR-163, de Dionísio Cerqueira a São Miguel d'Oeste e à BR-282, no trajeto de São Miguel d'Oeste a Chapecó.

Nós aprovamos aqui a Indicação n. 0370/2015, há poucos dias, que solicita ao superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de Santa Catarina, medidas emergenciais para a recuperação asfáltica das rodovias BR-282, entre os municípios de Chapecó e São Miguel d'Oeste, e a BR-163, entre os municípios de Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste e Itapiranga.

É simplesmente lamentável, deputado Cesar Valduga, v.exa. que acompanha aquelas BRs, a situação naquela região De Chapecó a São Miguel d'Oeste precisa patrolar o asfalto, já que os veículos pesados criam aquelas lombadas horizontais na pista e há o risco de um veículo pequeno tombar, fazendo algumas vítimas. Certamente, é inadmissível a situação em que o DNIT deixou a BR-282 entre Chapecó e São Miguel d'Oeste, totalmente intransitável, insegura. Agora teremos uma época de inverno, vamos ter muita neblina, muita chuva naquela região e, infelizmente, aquela rodovia está intransitável. Nós tivemos audiência a respeito, já aprovamos a indicação, temos pedido providências.

A situação da BR-163 também é grave! Há um valor de R\$ 180 milhões destinados à BR-163 para a recuperação, mas ela está paralisada agora, pois o governo federal suspendeu os pagamentos. A situação é caótica, catastrófica, há muitos buracos, desvios, danos na pista, no viaduto, a obra se encontra parada, com pedra no meio da pista. Realmente é uma situação lamentável! Todos os dias a comunidade se mobiliza, assim como a classe empresarial, as pessoas que trafegam no dia a dia naquelas rodovias.

Então é lamentável! Nós precisamos de providências urgentes do ministério dos Transportes, do DNIT, com referência à BRs-282, Chapecó a São Miguel d'Oeste, ao extremo oeste, e à BR-163, também naquele trajeto.

O DNIT certamente será responsabilizado pelos acidentes, pelos danos, pelas vítimas que venham a ocorrer. Nós verificamos, em algumas regiões do estado de Santa Catarina, é o caso da BR-280, ali em Mafra, Canoinhas, Porto União, que a rodovia foi recuperada, está em boas condições, mas, lamentavelmente, no oeste e extremo oeste catarinense a situação é muito complicada. Então, esperamos providências urgentes do DNIT nesta questão.

O segundo assunto que queria abordar, senhores deputados, é que participei, na semana que passou, no município de Itajaí, de uma reunião na secretaria de Desenvolvimento Regional, capitaneada, organizada, pela secretária Eliane Rebello, e que trouxe à discussão a Segurança Pública da nossa região.

Contamos com as presenças do delegado José Celso Correa, que é o diretor de Polícia Civil do litoral; e do coronel Reinaldo Boldori, que é o comandante regional da Polícia Militar, que fizeram uma exposição da situação de trabalho, do efetivo, do número de viaturas, de como têm atendido as regiões de Balneário Camboriú, de Navegantes, de Itajaí, enfim, de toda aquela região.

Participaram vários prefeitos e tenho participado de muitas, ou de quase todas as audiências sobre Segurança Pública no nosso estado, e houve poucas tão representativas como essa de Itajaí. Estava presente lá o prefeito Rodrigo Costa, do município de Itapema; o prefeito Leonel José Martins, de Balneário Piçarras; a prefeita Luzia Mathias, de Camboriú; o prefeito Jandir Bellini, de Itajaí; o prefeito Evaldo Guerreiro Filho, de Porto Belo; os vereadores de vários municípios, o Xavier Legarrea Cañas e Wanderley Dias, o Ley, de Itapema, enfim, vereadores de todos os municípios, e também as associações empresariais, como a de Navegantes, representada pelo Jaime; a OAB, representada pelo Dr. Marco Antônio Cachel; o Hamilton Sedrez, do CDL; e a dona Olga, da Associação Empresarial.

Foi uma reunião para debater as necessidades da nossa foz do Rio Itajaí, a região de Itajaí, de Balneário Camboriú, de Navegantes, onde foi demonstrado o total de efetivos, a exemplo de Balneário Camboriú tem um efetivo de 320 policiais, sendo 145 em Balneário Camboriú; Navegantes com 128, também o efetivo da Polícia Civil, em Itajaí com 98 e Balneário Camboriú com 143.

Segundo o delegado José Celso Correa, os crimes contra a vida estão num índice de solução, de esclarecimento, na faixa de 70%. É um índice altíssimo, considerando os níveis mundiais e, principalmente, os índices brasileiros de esclarecimento de crime, mas os crimes contra o patrimônio, furto, roubo, os índices, infelizmente, não alcançam aquilo que nós esperávamos e que é justo a sociedade receber.

Então, é importantíssimo termos agora quase 600 policiais civis aprovados em concurso, prontos para serem nomeados, e esta semana sairá a homologação do concurso. E é importante essa nomeação porque a polícia civil, que atua na investigação, traz um resultado muito grande na redução da criminalidade com a investigação, com a identificação das quadrilhas, que é mais demorado, mas quando sai a prisão esclarece uma série de crimes e evita com que os autores venham a praticar outros.

Então, é muito importante o investimento na área da investigação, na área da Polícia Civil, e com certeza, teremos agora a nomeação desse efetivo, junto com os peritos e com os aprovados do IGP, que aguardam por isso.

E na esfera da Polícia Militar houve também uma demonstração, naquela reunião, por parte da Segurança Pública, sobre a atuação da Polícia Militar, que hoje tem um monitoramento por câmara, por GPS, no mapa, para saber qual rua do município tem uma viatura circulando, as demandas que chegam por telefone comunicando alguma ocorrência e as providências que estão sendo adotadas, inclusive demonstrando que, ao invés de estarmos pedindo um

posto policial, temos é que ter efetivo móvel, que é facilmente acionável.

Então, a utilização de viaturas com efetivo podendo se deslocar traz muito mais resultado. Nós temos que brigar e lutar para o aumento do efetivo da Polícia Civil para a investigação e, na Polícia Militar, para estarem na rua com viaturas ou a pé, mas que tenham possibilidade de fácil e rápido deslocamento para que o cidadão possa se sentir tranquilo. E isso será possível através dos equipamentos, dos investimentos do governo do estado, que têm sido feitos. Então, temos que trabalhar nessas linhas. E a maior reclamação das autoridades, das prefeituras é a falta de diálogo por parte da secretaria de Segurança, não explicando o que está sendo feito.

O problema é a falta de diálogo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Gostaria de registrar que hoje nesta Casa estão os representantes da Escola de Educação Básica Mater Dolorum, de Capinzal, e a Associação dos Deficientes Sensoriais de Capinzal, Ouro e Zórtea. Muitos deles estão conhecendo a capital e o Legislativo do estado de Santa Catarina.

Então, queremos dar as boas-vindas aos professores, também a Dirlei, que junto com os pais e alunos vêm conhecer as prerrogativas dos deputados nesta Casa, que é legislar, fiscalizar e cooperar com os atos do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência dá as boas-vindas e registra a presença dos técnicos da Udesc, através do seu sindicato, que estão na luta, na peleia pelo reajuste salarial.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e servidores da Udesc que acompanham esta sessão, hoje quero falar da Saúde dos trabalhadores e sobre um encontro mundial de saúde que está sendo realizado em Florianópolis, que tem o objetivo de aumentar a qualidade de vida do trabalhador. Trata-se da terceira edição desse grande evento mundial que envolve 150 países. Em 2013, ocorreu em Londres, e no ano passado em Xangai, na China.

Alguns dados que impressionam são relacionados aos problemas que envolvem a medicina do trabalho, por representar perdas na economia, e especialmente ao governo brasileiro. Anualmente ocorrem 711 mil casos de afastamento do trabalho por doença no Brasil. Esses afastamentos representam a perda de 35 milhões de dias trabalhados, um prejuízo que alcança a cifra de US\$ 23 bilhões ao ano.

Para refletir se você está vivendo com qualidade de vida, vale uma análise sobre o seu estilo de vida. Vários fatores são apresentados para melhorar a sua condição de trabalho, que reflete no rendimento do trabalhador na empresa. Um dos fatores discutidos é a alimentação, a ingestão calórica em forma de alimentos saudáveis. Outro ponto é a prática de atividade física, para manter o peso corporal adequado. O trabalhador deve traçar e executar estratégias para combater o estresse, uma doença que acomete muitas pessoas. O estresse deve ser administrado da melhor maneira possível. Uma pessoa precisa ter sonho, anseios. O trabalhador deve cultivar um bom relacionamento com a comunidade, amigos e colega.

É necessário também haver um comportamento preventivo aos acidentes de trabalho. A prevenção de acidentes é importante em todas as áreas. O trabalhador deve usar os equipamentos de prevenção exigidos pela legislação brasileira. É preciso que o trabalhador tenha essas condições, mas muitas vezes é escolha do trabalhador não usar o equipamento de segurança e aí ocorre o aumento da incidência dos acidentes no trabalho.

A grande reunião sobre a saúde do trabalhador está sendo realizada em Florianópolis com a promoção do presidente da Fiesc, dr. Glauco José Côrte que, sem dúvida nenhuma, é uma pessoa que está marcando uma época importante na administração da Fiesc. Queremos aqui parabenizá-lo, os seus assessores, seus diretores, as pessoas que organizaram esse importante evento.

Na verdade, esse evento traz o mundo para Santa Catarina. Diretores como Tommy Hutchinson, da Alemanha, vem ao nosso país mostrar a diferença da potência que é o Brasil em termos de economia mundial.

Portanto, hoje, vivemos um momento deprimido na nossa indústria, de recessão, de pensamento, de reflexão do povo brasileiro em relação às atitudes que o governo está impondo aos trabalhadores e à sociedade brasileira, como aumentar impostos, energia, gasolina, enfim, fazer com que a sociedade brasileira pague mais uma vez uma conta que não lhe é devida. Temos que pagar essa conta novamente por falta de planejamento, de coerência em fazer com que o Brasil caminhe com mais segurança, mais tranquilidade.

Também quero falar sobre o artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, que trata que várias ferrovias estão sendo colocadas como pública privada e elas estão sendo desenvolvidas por segmentos. E o segmento em Santa Catarina que apareceu no estado de São Paulo é o trecho de Canoinhas a Três Barras. São 12,5Km de ferrovia onde estamos implantando o trem turístico, que vai fazer com que as pessoas que sonham com o turismo, que vivem a vontade de fazer o passeio ferroviário estejam inseridas num pacote turístico que vai abranger o planalto norte.

Temos certeza de que esse trem turismo, que está sendo idealizado pelo prefeito Beto Farias e pelo prefeito de Três Barras, Eloi José Quege, fará sucesso, sim, no planalto norte, também com a parceria do governo federal, com a licença da ALL e do Ibama, que está prestes a acontecer, teremos um viés diferente naquela região, o viés do turismo que começa a ser praticado de maneira que

faz a inclusão da ferrovia para o desenvolvimento turístico da nossa região.

Também quero falar sobre a inauguração da BR-280, o acesso daquela rodovia entre Canoinhas e Porto União, ela terá a sua inauguração na quinta-feira, às 14h30. Serão 11km de asfalto, uma reivindicação antiga do planalto norte que se está concretizando. Essa realização passou pelo então secretário do Deinfra, deputado Valdir Cobalchini, e atenderá aos anseios, principalmente do pessoal do interior, que transporta o milho e soja. O alimento do interior para a cidade foi beneficiado. Essa região de Santa Cruz do Timbó tem várias agroindústrias. Portanto, essa é uma inauguração que faz jus ao planalto norte. Parabéns ao governo e ao planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente eu estou inscrito para falar a seguir, mas vou reservar esse tempo para que o prefeito de Lages manifeste-se sobre o convite para a Festa do Pinhão.

Mas gostaria de registrar a presença dos servidores da Udesc e quero dizer a eles que solicitei o apoio do nosso líder, deputado Antônio Aguiar, e da deputada Luciane Carminatti, que vão apoiar a subscrição de um requerimento para transformar o projeto da Udesc em prioridade para que ele não passe em duas sessões. Que da comissão de Finanças ele venha direto ao Plenário, porque nós realmente não podemos permitir que o projeto fique engavetado em qualquer lugar e não venha a plenário.

Então, vamos apresentar esse requerimento e pedimos o apoio de todos os nossos companheiros.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias.)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente também quero fazer o registro de nossa solidariedade e do nosso compromisso.

Já estivemos conversando com vários trabalhadores da Udesc, do oeste e todas as regiões. Concordo com o deputado Fernando Coruja. Entendemos que esse projeto terá que ser prioridade nesta Casa, terá que tramitar o mais rápido possível porque não acho justo que este projeto pare se há um acordo entre os trabalhadores e a direção da Udesc para este projeto andar. Esta Casa não pode segurar esse projeto por tantos dias!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento todos os servidores da Udesc.

Srs. deputados, hoje na comissão de Constituição e Justiça manifestei-me pedindo celeridade por parte do governo para agilizar o pedido de diligência para que, na próxima terça-feira, quem sabe, já possamos aprovar o reajuste salarial que, como bem falou o deputado Fernando Coruja, é direito dos servidores. São as perdas de 2014.

Quem sabe, na semana que vem, possamos colocar esse projeto em aprovação no plenário.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- A próxima oradora inscrita para falar é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados e todos que acompanham esta sessão.

Quero dizer tenho uma notícia muito positiva, que nos alegra, nesta terça-feira, 19 de maio.

Tenho em minhas mãos a Portaria do ministério da Educação que autoriza a criação de 40 vagas para o curso de Medicina na universidade Federal Fronteira Sul, já no segundo semestre de 2015. Uma alegria enorme porque começamos essa luta ainda em 2012 quando a presidenta Dilma Rousseff teve a coragem de enfrentar o debate da falta de médicos no Brasil e lançou o plano de expansão da Medicina.

Para termos ideia, em junho de 2012, a nosso pedido, a comissão de Educação desta Casa, à época presidida pelo deputado Volnei Morastoni, o deputado Dirceu Dresch e várias lideranças empresariais da Acic, CDL, Sicon de Chapecó, Via Campeзина, Fefraf-Sul, movimentos sociais, sindicais, realizamos uma das maiores audiências públicas na cidade de Chapecó. E por que aconteceu essa audiência pública? Porque justamente naquela ocasião, deputado Dirceu Dresch, tivemos o anúncio do curso de Medicina para Passo Fundo, o que causou uma indignação na cidade de Chapecó, na região oeste, deputado Fernando Coruja. De lá para cá trabalhamos muito e eu, como deputada, coordeno o grupo de trabalho da infraestrutura, responsável por toda a parte da infraestrutura para a instalação do curso de Medicina junto com vários outros grupos de trabalho, como de convênio, político-pedagógico, das residências médicas, entre outros.

E nos reunimos todos os meses durante três anos. E hoje, tivemos a consolidação, quer dizer, a confirmação dessa grande conquista para o oeste catarinense.

Talvez alguém da Grande Florianópolis não tenha a dimensão do que significa uma turma de 40 alunos, médicos, no interior do estado. Para nós isto tem um significado enorme, porque nos estudos que fizemos nesses três anos, nós identificamos que é praticamente comum os alunos trabalharem a

partir do local onde se formam. Ele fica durante cinco anos e meio, vai se apegando ao lugar, muitos alunos encontrando companheiro e companheira, residindo na região, estabelecendo sua clínica, criando vínculos de trabalho, e aí não querem mais ir para regiões como a do extremo oeste ou oeste catarinense.

Então, para nós significa a primeira turma na história de Santa Catarina sendo formada no grande oeste catarinense, na cidade de Chapecó. E isto é uma alegria, e precisamos na luta política também compartilhar as alegrias, os sonhos, enfim, aquilo que dá certo.

Eu quero dizer que a Assembleia Legislativa teve uma atuação importante, o deputado Gelson Merisio foi parceiro também, porque buscamos recursos para viabilizar o projeto arquitetônico da segunda ampliação do Hospital Regional, transformando-o em hospital ensino. Cuidamos disso, das residências médicas, dos laboratórios que estão em condições de iniciar as atividades, e para quem deseja apropriar-se mais das informações, os primeiros cinco professores desse curso já foram chamados através do concurso da Universidade Federal da Fronteira Sul, já no início do ano.

E como se dará a forma de acesso dos alunos? Os alunos terão acesso a partir da última nota do Enem, e pelo Sistema Unificado de Acesso ao Ensino Superior - Sisu -, quero dizer que são 40 vagas na cidade de Chapecó e 176 vagas no total publicadas pelo ministério da Educação no dia de hoje, deputado Dalmo Claro, mais 56 vagas em Tocantins e 80 vagas na universidade de Maceió.

Acho que o governo federal quando implantou o Programa Mais Médicos - e foi no primeiro momento muito criticado por alguns -, mais de 80% da população o aprovou até porque na segunda fase a grande maioria dos médicos eram brasileiros também. O governo trabalhou em dois sentidos: para suprir a falta de médicos, mas sem esquecer que temos que ter os nossos médicos do Brasil aqui formados e trabalhando.

Por isso, o sucesso desse plano de expansão, lançado pelo ministério da Educação e que hoje temos a grata satisfação de trazer essa notícia.

Então, quero compartilhar essa grande alegria e informar que essas vagas se destinam a todos os estudantes do ensino médio, prioritariamente aos alunos de escolas públicas do ensino médio, que hoje somam 89% de todos os estudantes e é justo que essas vagas sejam destinadas a eles. Isso é fazer justiça!

Portanto, são 40 vagas, sendo que 36 serão para alunos que vêm da escola pública. E como é bom receber um *e-mail*, como eu recebi, de uma filha de agricultor, de São Miguel d'Oeste, deputado Maurício Eskudlark, dizendo: "Agora acredito que filha de agricultor também pode ser médica." Porque ela estudou a vida inteira em escola pública. Quer dizer, se a estudante tiver boa nota no Enem, com certeza, será aluna do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul.

Então, quero socializar com muita alegria, essa conquista e agradecer a todas as lideranças políticas, as entidades de classe, enfim, a todos que participaram conosco dessa luta bonita, que produziu resultados.

Não poderia deixar de mencionar que hoje, dia 19 de maio, é o Dia do Defensor Público. A Defensoria Pública tem-se instalado em Santa Catarina depois de uma decisão judicial e que hoje já ganha reconhecimento pelo seu trabalho. Parabéns a estes profissionais!

Quero falar também sobre os 50 anos da Udesc, meio século de vida produzindo conhecimento, pesquisas e programas de extensão. É bom que hoje os servidores estejam aqui para também ouvir o nosso reconhecimento pelo trabalho excelente que têm construído. Mas gostaria que estivessem aqui para comemorar os 50 anos e não ter que vir para esta Casa pedir o que já têm direito, que é a reposição salarial de 2014. Isso não deveria passar nem sequer pela autorização da Assembleia Legislativa, porque um trabalhador tem direito à recomposição das suas perdas.

(Manifestações das galerias)

Quero dizer que quando falo sobre educação isso me apaixona, porque não acredito que nenhum país tenha sucesso e hoje somos a sétima economia mundial e poderemos ser a sexta, quinta, quarta, terceira, segunda ou primeira. E do que isso vai depender? Não tenho dúvida de que vai depender da educação. Porque cada vez que se abre uma universidade é um presídio que se fecha, cada vez que se abre uma vaga no ensino, numa escola, numa creche é investimento na infância, no desenvolvimento, na profissionalização.

Sempre que vou fazer palestras nos municípios digo para as pessoas estudarem, porque a melhor coisa na vida é sermos respeitados pelo trabalho, não pelo sobrenome, não pelo cargo de confiança, não pelo "puxasaquismo", mas é pelo trabalho que ganhamos respeito. E o trabalho se conquista pela profissão.

Portanto, a Udesc está de parabéns pelos seus 50 anos. Desejo vida longa e que cada vez mais possamos tirar os recursos de outras áreas que não sejam tão importantes e garantir que esses recursos possam ir para a Udesc, para a educação, porque é investimento seguro, é investimento no futuro.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Solidarizo-me com sua manifestação e a do deputado Fernando Coruja com relação à legítima aspiração dos servidores da Udesc em ter seu reajuste salarial de acordo com a inflação.

E quero também dizer que, em relação à Defensoria Pública, demos entrada há poucas semanas a um projeto nesta Casa para aumentar a composição do conselho penitenciário da secretaria de Cidadania e Justiça, que hoje são sete membros, há representante da OAB, da comunidade, do Ministério Público estadual e federal e não tem da Defensoria Pública. Estamos, portanto, incluindo mais duas vagas, uma para o defensor público estadual e outra para o defensor público federal.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Parabéns, obrigada!

Já assinamos um requerimento pedindo agilidade para as duas bancadas e vamos fazer imediatamente a entrega com o deputado Fernando Coruja.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, no horário dos Partidos Políticos também quero dirigir-me à Udesc sobre a questão do aumento.

Mas pedi a palavra, pela ordem, para registrar a presença agradável e muito respeitosa do prefeito de Garuva, município que é a porta de entrada do nosso estado, José Chaves e do meu amigo, vereador Célio Luiz Budal que também se faz presente no Parlamento catarinense.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao Bloco Frente Renovação.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo orador do PDT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Social Progressista que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar o sr. presidente, todos que nos acompanham aqui na Casa, aqueles nos visitam no dia de hoje, os que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, trabalhadores da Udesc que nos visitam hoje.

Parabéns a todos! É importante vocês estarem aqui. Com certeza, o projeto vai sair da gaveta. O deputado Fernando Coruja já fez o seu encaminhamento e já assinamos o seu requerimento de urgência na tramitação do projeto.

Então, queremos cumprimentá-los e dizer que, em nossa opinião, todos os trabalhadores e trabalhadoras que constroem este estado, seja no serviço público ou na iniciativa privada, merecem ser reconhecidos e precisam da sua valorização como trabalhadores. Contem com o nosso apoio!

(Manifestações das galerias)

Hoje, pela manhã, tivemos uma bela audiência pública nesta Casa onde nós, da comissão de Trabalho e Serviço Público, estivemos dialogando também com o Tribunal de Justiça e com os trabalhadores que estão em greve.

Temos aqui também a mobilização dos servidores da Educação, do ensino estadual, e quero dizer que estamos juntos e sempre olhando o melhor para o nosso estado. É verdade que temos, às vezes, conflitos de interesses e de recursos, mas isso tem que ficar às claras, tem que ser colocado com transparência, com muito diálogo, o que, infelizmente, não está ocorrendo no tribunal de Justiça. Então, queremos reafirmar esse compromisso com vocês, trabalhadores e trabalhadoras, e quero voltar a esta tribuna depois, no meu horário nas Explicações Pessoais, para retomar o tema.

Quero também trazer aqui o nosso reconhecimento, a nossa alegria com a criação, e hoje oficializado, do curso de Medicina pela nossa Universidade Federal da Fronteira Sul. Uma conquista inédita para uma grande região do nosso estado e do país, porque não havia até hoje nenhum

curso de Medicina naquela região. Quando visitava os municípios, conversava com os nossos prefeitos, conversava com a população e, sempre um dos grandes problemas dos nossos municípios era trazer médicos para o serviço público. E, felizmente, o curso que vamos ter na universidade, já no segundo semestre, hoje oficializado pelo ministério da Educação, vai tratar na questão central de preparar profissionais para o serviço público. Com certeza, é uma grande mudança, uma grande transformação, claro que começaremos no primeiro ano com 40 vagas, mas logo depois de 2017, serão ampliadas.

Então, deputada Luciane Carminatti, v.exa., que também trouxe esse tema à tribuna, fizemos audiências públicas e v.exa. também teve um empenho muito grande neste processo, temos que comemorar e agradecer a decisão política do nosso ex-presidente Lula, um trabalhador que não teve essa oportunidade, que conseguiu fazer apenas um curso técnico, criou 18 universidades.

Quantos outros presidentes que passaram pelo nosso país, inclusive Fernando Henrique Cardoso, que assinou, no ano de 1998, uma lei dizendo que o Brasil não poderia criar mais nenhuma universidade de ensino técnico profissionalizante.

Em 2004 derrubamos essa lei e criamos no país mais de 300 escolas técnicas, fora as extensões, para que os nossos jovens pudessem ter educação pública gratuita e de qualidade como são nossas escolas técnicas.

Também, além da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul, que vai abrir o curso de Medicina e beneficiar muito a nossa população da região porque, como diz a deputada, temos jovens que saem do interior, dos municípios, e vão para a capital, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná estudar Medicina e depois não voltam mais para as suas regiões.

Então, a região perdia muito com isso. É extremamente caro aos municípios trazerem médicos para trabalhar oito horas no serviço público.

Então, quero cumprimentar e parabenizar todas as entidades, a Fetraf e todas as organizações que estiveram nessa luta.

Na sexta-feira da semana passada, tivemos um ato importante lá em Pinhalzinho com a assinatura do contrato de ampliação de mais um prédio da Udesc naquele município. E aproveitamos a nossa ida a Brasília para falar da ampliação da Udesc no oeste. Na quinta-feira tivemos uma audiência pública a respeito do curso da Udesc em Palmitos.

Também estivemos no ministério da Integração Nacional, onde temos o compromisso assumido empenhados recursos para a construção do laboratório do leite em Pinhalzinho junto à Udesc. Por que dentro da Udesc? Porque para a sociedade traz mais garantia ter um laboratório dentro de uma instituição pública.

Então, vamos ter em torno de R\$ 15 milhões em investimentos para a construção do laboratório. Faltam alguns detalhes, algumas pequenas mudanças, algumas adequações ao projeto para que esse recurso seja investido lá em Pinhalzinho, dentro da maior bacia leiteira do Brasil, onde se produz muito leite e muitos derivados do leite, o laboratório vai contribuir com isso.

Então, estamos empenhados nesta luta para fortalecer a Educação, seja o curso de Medicina e sejam os cursos superiores da Udesc, da nossa Universidade Federal Fronteira Sul, das demais universidades federais, mas também o ensino fundamental na luta para ter uma educação de qualidade no estado, também o ensino para as nossas criancinhas, com as nossas creches, as nossas escolas de educação infantil.

Então, queremos cumprimentar todos que estão empenhados nesta luta, porque entendemos que a educação, o investimento, a pátria educadora que o governo federal está construindo agora com os recursos do pré-sal, quando teremos um bom investimento na educação, com certeza - e hoje já com mais de 7.2 milhões de jovens nas universidades -, formaremos mais gente em 12 anos nas universidades do que em 500 anos no nosso país. Isso dá para chamar de pátria educadora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sempre generoso com os seus pares, quero fazer a minha saudação especial e efusiva aos srs. deputados, às sras. deputadas, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero falar, com a permissão de v.exa., sr. presidente, sobre dois assuntos. O primeiro deles, deputados Fernando Coruja e Dalmo Claro, diz respeito à Udesc.

Os servidores da Udesc, bem como a Reitoria da Udesc, nas últimas semanas, deputado Fernando Coruja, estão marcando presença no Parlamento Catarinense, de forma elegante, de forma tranquila e racional, nas suas abordagens aos parlamentares catarinenses.

E estão aqui com muita razão, e são bem-vindos, porque construímos a muitas mãos, deputado Dalmo Claro, um projeto de lei do governo do estado, era para ter sido uma medida provisória, mas o governo optou por outro instrumento. O governo mandou para esta Casa, está na comissão de Justiça já há 15 dias, concedendo uma reposição salarial para os dedicados e honrados servidores da nossa universidade estadual.

Nós também temos o plano de carreira que está tramitando nas secretarias afins, que vai ser outra bandeira após a aprovação desse projeto porque resgata a dignidade do servidor da Udesc.

Na reunião da semana passada da comissão Constituição e Justiça, eu levantei esse assunto dizendo que no mínimo nós exigimos que se cumpra, deputado Fernando Vampiro, o Regimento desta Casa, é o mínimo que nós podemos fazer. O Regimento diz que o projeto de lei desta natureza poderá ficar por quatro sessões na comissão de Justiça, e que,

em caso de diligência, o projeto de lei poderá ficar por mais três sessões.

Houve a aprovação de uma diligência e, para nossa estranheza, a aprovação da diligência na reunião da comissão de terça-feira pela manhã. Na quinta-feira à tarde esse ofício ainda não havia chegado, estranhamente, na Casa Civil, para ser respondido. Absurdamente e estranhamente.

Fizemos uma ação e, no dia de ontem, deputado Luiz Fernando Vampiro, a Casa Civil respondeu aquilo que tinha que ser respondido atendendo à diligência da comissão de Justiça.

Portanto, no dia de hoje, o projeto não foi apreciado, não foi discutido. E, agora, de forma inteligente e pragmática, o experiente, para não dizer o mais velho, deputado Manoel Mota, o deputado Fernando Coruja, apresenta, lança mão de um instrumento legal, propondo, com a nossa assinatura, que se vote na sessão de amanhã a prioridade para esse projeto de lei. O que é perfeitamente legal e plausível, deputado Fernando Coruja.

E nós haveremos de votar amanhã. Votando a prioridade para este projeto, este projeto terá que vir imediatamente para o Plenário desta Casa. Não precisará mais tramitar nas comissões.

Parabéns, deputado Fernando Coruja, este é um instrumento legal e inteligente, mas nós lamentamos que as comissões técnicas, em tempo hábil, não vejam exarar os seus pareceres acerca deste projeto tão importante, fundamental para resgatar a dignidade dos servidores da nossa universidade.

Portanto, vamos resolver com legalidade, no dia de amanhã, a votação como prioridade deste projeto da Udesc, e os srs. servidores e servidoras haverão de voltar para a nossa universidade e trabalhar com tranquilidade, com dignidade, com esse projeto aprovado, com certeza absoluta, pela maioria absoluta do Parlamento Catarinense.

Sejam bem-vindos, portanto.

(Palmas)

Sr. presidente, como a nossa bancada, graças a Deus, é grande - quase tão grande quanto à bancada do PMDB e um dia nós chegamos lá -, deputado Manoel Mota, deputado Dalmo Claro, deputado Fernando Coruja, nós temos um pouco mais de tempo. E eu utilizo a segunda parte do meu tempo para tratar de outro assunto.

Os parlamentares certamente estão visualizando a presença de senhores e senhoras que são fiscais sanitaristas do estado de Santa Catarina. Fiscais sanitaristas concursados do estado, deputado Ismael dos Santos, e fiscais sanitaristas concursados dos municípios do interior do estado de Santa Catarina.

Nós, o Arildo, a Mabel, e um grupo de fiscais, após longos anos de articulação e de trabalho, criamos a Associação dos Fiscais Sanitaristas de Santa Catarina.

E agora se vislumbra a possibilidade real e inteligente de criar o Sindicato dos Fiscais Sanitaristas, deputado Luiz Fernando Vampiro. E aqui tem fiscais da região de v.exa. e de todas as regiões do estado de Santa Catarina.

Eu tive o prazer de participar da abertura do Congresso dos Fiscais, pela manhã, na nossa Casa. Um congresso prestigiado e recheado de debates, de discussão e, sobretudo de trocas de experiências. Um congresso que contou com a presença de muitas autoridades, com uma grande pauta, que trata das questões corporativas do seguimento, mas que trata inteligentemente e de forma sensível, como por exemplo, da preocupação com os microempreendedores individuais, num debate com a SDS e com o Sebrae. Portanto, os fiscais estão preocupados com os microempreendedores individuais que não conseguem cumprir as normas da vigilância para acessar esse programa magnífico que o governo do estado coloca à disposição do povo catarinense. Parabéns, porque vocês não vieram aqui discutir somente a questão da categoria, pois estão preocupados com o empreendedorismo do povo catarinense.

Dito isso, não poderia deixar de dizer que entrei com um projeto de lei nesta Casa que, após alguns meses de debate, foi arquivado na comissão

de Legislação e Justiça, por vício de origem. Mas como sempre diz o professor Coruja, mesmo quando um projeto é arquivado, ele cumpre com o seu papel, porque ele proporcionou o debate sobre aquele tema. Quando você entra com um projeto, você tem o objetivo de aprova-lo, mas também, num segundo momento, você tem o objetivo de proporcionar o debate acerca do tema que faz parte do conteúdo do referido projeto. E nós conseguimos proporcionar esse debate, mas o projeto foi arquivado. Eu imediatamente transformei o projeto numa indicação ao governador, ao secretário da Fazenda. O projeto trata da possibilidade de conceder um adicional de dedicação exclusiva aos servidores. Isso é fundamental, porque já temos precedente em Santa Catarina e no Brasil para categorias similares à categoria da Vigilância Sanitária. Mais do que isso, essa gratificação vai à linha daquilo que a China pratica há 600 anos, a meritocracia, valorizando efetivamente quem produz com qualidade no serviço público. Portanto, peço o apoio dos nobres pares quando esse projeto vir do governo para esta Casa.

Então, eu não poderia deixar de parabenizar a Associação dos Fiscais que estão mobilizadas e organizadas. Não poderia dizer que poder de polícia, neste país, quem tem é somente a polícia e a vigilância sanitária, porque vocês se preocupam, vocês atuam, vocês trabalham protegendo a saúde e, portanto, conseqüentemente a vida das pessoas. Por isso, vocês merecem o nosso apoio e o nosso reconhecimento. Também não poderia dizer que todos que estão aqui são funcionários de carreira. Também, gostaria de lamentar profundamente que, se por um lado a vigilância tem tanta importância, há tantas tarefas a serem cumpridas, por outro lado nós temos aqui, entre nós, fiscais sanitaristas no interior do estado que ainda recebem salários míseros, em torno de R\$ 1.000,00 mensais. Isso é um absurdo, isso é uma brincadeira de mau gosto. Os fiscais sanitaristas, pelas prerrogativas que tem, merecem uma remuneração à altura, tem que ter plano de carreira, tem que ter reconhecimento do estado, sobretudo dos municípios.

O Sr. Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Eu gostaria de fazer um registro em relação à fala de v.exa. que é de importância significativa. Nós vemos aqui na Casa uma discussão muito ampla e muito forte em relação ao plano de salários e carreira do Poder Judiciário. Nas audiências públicas, com representantes do setor e a diretoria, não há entendimento, e aqui vemos uma situação totalmente antagônica. Essa Casa protagonizando uma morosidade, no sentido que nós temos que fazer uma intervenção, porque há, na verdade, entre o governo, a reitoria e os servidores da Udesc, o entendimento em relação a sua prospecção de crescimento laboral, em relação a sua prospecção efetiva diante do orçamento, tudo isso delineado e discutido.

Nós, há algum tempo, estamos presenciando esse movimento pacífico, um movimento muito interessante. E eles todos os dias nos perguntam se vai a plenário, como está a situação. Então, gostaria de fazer o registro de que vocês fazem uma pressão com classe, categoria, exercendo o seu direito.

Também gostaria de fazer um registro aos fiscais sanitaristas, sobre a importância que têm. Muitos não têm um salário digno e trabalham na geração de economia e renda, quando aferem as questões industriais e comerciais, bem como na saúde, nos logradouros, nos estabelecimentos de eventos, e às vezes fazem um trabalho de várias horas efetivas que não são reconhecidas.

Acredito no entendimento do aperfeiçoamento da sinergia entre ambos e na unificação da categoria em prol de ter uma diretoria, uma associação, um sindicato para lutar por seus interesses que são dignos e justos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - E estão presentes aqui fiscais sanitaristas e servidores da Udesc também da região de Lages.

Podemos analisar e ter a certeza de que há três categorias de servidores públicos: os

eleitos, que somos nós, os parlamentares; os nomeados, os comissionados; e os concursados, como vocês presentes aqui. Todos têm a sua importância, mas o servidor público concursado tem que ser olhado de forma diferente porque significa o patrimônio do poder público. Mesmo havendo mudança no comando do município ou do estado, eles estarão prestando serviço ao poder público. Portanto o próprio nome já diz: servidor público é uma missão, um sacerdócio. Ele se dispõe a servir a comunidade com dedicação, amizade e amor. Por isso, os servidores eleitos e nomeados e, sobretudo os concursados sempre terão as portas do Parlamento abertas para apresentarem seus pleitos e esta Casa jamais faltará com apoio as suas bandeiras dos servidores públicos. Sejam bem-vindos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Gean Loureiro, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero inicialmente fazer coro às manifestações do deputado Darci de Matos, em especial em virtude da presença dos servidores da Udesc, tendo em vista a iniciativa do deputado Fernando Coruja de apresentar esse requerimento tão esperado por esses servidores em regime de prioridade. Muito mais do que isso, estamos discutindo um projeto em que não há um debate mais amplo entre a estrutura da Reitoria e da sua administração com os seus servidores.

Estamos vivenciando, em vários casos, situações polêmicas de conflito entre o governo e os servidores; entre o Tribunal de Justiça e os servidores; entre a prefeitura e os servidores. E aqui na Assembleia passamos a debater esse assunto e começa a tramitar um projeto que permite, na

verdade, satisfazer um acordo entre as partes, sendo que o mecanismo utilizado pelo deputado Fernando Coruja, além de legal, regimental, vai permitir que a Casa possa deliberar esse projeto com a maior brevidade possível esse tema.

Eu já havia sido procurado pela comissão de servidores, como membro da comissão de Finanças e Tributação desta Casa Legislativa, que é a próxima comissão pela qual o projeto iria tramitar, e é obvio, sr. presidente, que gostaríamos que o projeto estivesse totalmente pronto no dia de amanhã, quando comemoraremos a sessão de 50 anos da Udesc, para a comemoração de todos os servidores ficasse mais completa.

Então, quero cumprimentar primeiramente a maneira cordial como os servidores vêm procurando-nos, abordando os deputados, trazendo os argumentos que indicam a necessidade da celeridade na tramitação e, obviamente, a união entre a administração da universidade e todos aqueles que representam os servidores para atender esse primeiro passo, que é um objetivo de conquista da administração e dos servidores que, mesmo tendo uma retroatividade prevista em lei, aguardam ansiosamente por essa aprovação.

Portanto, saúdo a vocês e manifesto mais uma vez o meu apoio integral à aprovação do projeto nesta Casa, com a maior brevidade possível.

(Palmas das galerias)

Também, gostaria de cumprimentar os organizadores da Udesc pela realização, na última semana, do V Encontro Estadual de Empresas de Transportes Turísticos e Fretamento de Santa Catarina. Nós vamos apresentar um requerimento parabenizando a Associação das Empresas de Transporte Turístico e Fretamento pelo evento, até mesmo porque eles fizeram uma análise da atual situação no quesito mobilidade urbana e como a participação das empresas de fretamento pode melhorar.

Nós estamos discutindo aqui a implementação de mais rodovias, a discussão sobre os congestionamentos, a mobilidade e, muitas vezes não estamos nos atendo às causas, que são os

incentivos e apoios à estrutura de transportes coletivos. Reuniram-se empresários do setor de todo o estado de Santa Catarina aqui em Florianópolis e veio à tona esse debate e como efetivamente podem participar e ajudar. E, obviamente, que pensamos no transporte coletivo como o coletivo rodoviário, das linhas tradicionais de cada cidade, mas os intermunicipais, os de fretamento, todos precisam ser incentivados para se concretizar.

Eu quero trazer à preocupação dos pescadores do litoral catarinense, sejam da região de Laguna, aqui de Florianópolis, de todo o nosso litoral. Hoje o presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, sr. Ivo da Silva, está em Brasília para discutir uma portaria interministerial, assinada pela ministra do Meio Ambiente e pelo ministro da Pesca e Aquicultura, delimitando o tamanho das embarcações dos pescadores artesanais em função da pesca da tainha e das atividades em Santa Catarina.

Obviamente que o tamanho máximo da embarcação inviabiliza a pesca para grande parte dos pescadores que possuem apenas pequenas embarcações, mas a normativa sugere uma embarcação com menos de dez metros, o que se torna inviável porque nem uma baleeira, por mais simples que seja, consegue ter essa estrutura para realizar a pesca. Ou seja, há uma estrutura montada para a pesca industrial, mas a pesca artesanal sempre tendo as suas dificuldades. Eles estarão amanhã em Florianópolis para fazerem um relato à comissão de Turismo e Meio Ambiente sobre a peregrinação em Brasília e quais encaminhamentos foram realizados. Com certeza, a expectativa desta Casa Legislativa é agregar esse processo e somar-se a ele para que essa instrução normativa interministerial possa ser alterada atendendo aos pescadores do litoral catarinense e, de maneira especial, os do sul da ilha, que discutiram comigo, mas todo o litoral catarinense, a cidade de Florianópolis, acaba sendo atingida.

E, por último, quero afirmar aos srs. deputados, que participaram quando da votação do

Código Ambiental de Santa Catarina, que estão de parabéns, especialmente o deputado Romildo Titon, que foi o relator da matéria.

Eu estive na cidade do Rio de Janeiro e lá pude apresentar o nosso código ao autor de um projeto semelhante, ao deputado André Lazaroni, que tramita há sete anos, o projeto do Código Ambiental do Rio de Janeiro, mas que ainda não foi aprovado.

Ele deverá vir a esta Casa porque ele presidiu a comissão do Meio Ambiente, ele tem uma série de atividades e pode demonstrar o trabalho que o Instituto do Meio Ambiente realiza na cidade do Rio de Janeiro. E lá eram três entidades separadas. Uma cuidava da proteção das unidades de conservação, outra dos recursos hídricos, outra dos licenciamentos. E o Rio de Janeiro uniu tudo em um único Instituto Ambiental do Estado de Rio de Janeiro, proposta semelhante que o governo do estado já vem estudando. O deputado Carlos Chiodini e o presidente da Fatma Alexandre Waltrick Rates vêm debatendo. Levaram à Casa Civil, ao governador, a proposta de unidade.

Obviamente que o deputado André Lazaroni nos convidou para relatarmos as atividades aqui de Santa Catarina, e o exemplo positivo que nós temos. Lá também as unidades de conservação tiveram espelho no que foi realizado, por exemplo, no Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis, onde foi incentivado a sua utilização pelo Ecoturismo, para a boa utilização, porque muitas vezes se pensa em ter as unidades de conservação totalmente fechadas, apenas para a preservação. Um dado de conservação tem que servir para pesquisa, para a visita, para o turismo, porque apenas protege quem conhece, deputado Manoel Mota.

Então, ficamos muito felizes com a visita do deputado do Rio de Janeiro e em saber que o nosso estado está à frente em muitas áreas do setor ambiental.

Eu, como deputado federal, pude participar da votação do Código Florestal, deputado Fernando Coruja, e a base dessa discussão foi o Código

Ambiental Catarinense, que para muitos diziam que tinha avançado que era um exagero, e hoje se tem como um *benchmarking* para todos os demais estados da tramitação que acontece em Santa Catarina.

Então, ficamos muito felizes em poder ter a passagem de poder conhecer um pouco mais a atividade ambiental e outras atividades realizadas naquele estado e em saber que Santa Catarina continua sendo uma referência.

Parabéns aos deputados que votaram favoravelmente a essa matéria, principalmente ao deputado Romildo Titon, que relatou. Sei que não foi fácil, tem que ter muita assessoria, buscar o consenso.

Mas valeu a pena, deputado Romildo Titon, e Santa Catarina passa a ser exemplo não só aqui, mas uma referência também no Rio de Janeiro, pela forma como tramitou o projeto, e lá pude explicar sua participação e dos demais deputados na comissão especial que tratou do tema. E lá está saindo da comissão de Meio Ambiente agora, ainda vai passar por outras, mas eles não desistiram e querem ter o exemplo de Santa Catarina como uma situação positiva a ser enfrentada naquele estado para ter, efetivamente, a consolidação da legislação e a garantia do desenvolvimento econômico, em que a preservação ambiental anda aliada ao crescimento econômico, permitindo que o estado possa ter um desenvolvimento sustentável.

Por isso, parabéns aos deputados, ficamos muito orgulhosos de sermos catarinenses e de estarmos convivendo, como deputado nesta Casa, com temos exemplos positivos a serem divulgados em todo o território nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados, ainda, ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, servidores e professores da Udesc,

que nos dão a honra de virem buscar, mais uma vez, um encaminhamento por parte desta Casa, onde já ocorreu o debate e está tudo correto, não temos por que ficar amarrando a situação.

Então, o encaminhamento do deputado Darci de Matos é sem o parecer das comissões para fazer com que essa universidade que presta relevantes serviços à sociedade de Santa Catarina possa trabalhar tranquilamente, preparando o futuro do estado, porque vocês fazem muito bem isso.

Por isso sejam bem-vindos.

Parabéns pelo trabalho. E a pressão já deu certo. Vocês já são vitoriosos, podem ter certeza.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Eu peço este aparte, para dar parabéns a v.exa. pela introdução do seu discurso. Eu sou fruto de um relacionamento que começou na - Esag - Escola Superior de Administração e Gerência, mas v.exa., por favor, não vá pedir uma sindicância interna depois de 35 anos porque não adianta mais, o prazo já expirou.

Mas uma secretária e um professor conheceram-se graças à Udesc e à Esag, e passados 35 anos estou aqui, por isso, eu sou parceiro da sua causa em homenagem à Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Parabéns, deputado.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, deputado João Amin, e dizer que seus pais o prepararam muito bem, porque é um grande parlamentar nesta Casa.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Manoel Mota, apenas queria informar que nós apresentamos este requerimento como prioridade, com relação a esta questão da Udesc, e segundo informação da Mesa Diretora, o requerimento vai ser votado hoje e, se aprovado, e esperamos que

seja, e essa matéria se não tiver o parecer das comissões, em duas sessões vem direto para o Plenário, então, vamos agilizar.

Então, apenas para informar, o requerimento deve ser votado hoje.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentá-lo, deputado Fernando Coruja, e dizer que se for votado hoje esse requerimento será melhor ainda para esses servidores.

Gostaria de dizer que hoje, na parte da tarde, iria ao Palácio do Governo, mas agora já não vou mais, para estar presente tranquilamente no Plenário e aprovar esse requerimento que vai fazer Justiça aos servidores e trabalhadores da Udesc, que estão aguardando por uma decisão desta Casa.

É preciso que isto aconteça, hoje, para que esta semana possamos definir essa questão e que esses servidores, que prestam relevantes serviços à sociedade, possam continuar trabalhando.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Deputado Manoel Mota, quero parabenizar v.exa. pelas suas palavras, solidarizar-me com os professores da Udesc e dizer que a cidade de Lages tem o Campus da Udesc, que é o CAV, com um número de professores renomados, com currículos invejados em Santa Catarina, que prestam serviços para a construção do nosso estado cada vez mais forte, prestam serviço científico e técnico, e que precisam realmente ser bem remunerados sob pena de terem prejuízo de natureza alimentar nas suas famílias.

O que se pede e o que se busca é apenas a reposição dos seus salários. E eu tenho certeza de que esta Casa não vai se furtar em fazer a tramitação normal do processo legislativo. Eu parabenizo o deputado Fernando Coruja, pedindo prioridade ao requerimento, e nos colocamos sempre à disposição das causas justas do estado. O que se pede é Justiça, que este projeto vá em frente, que venha para o Plenário, que os deputados possam

votar e que os servidores possam voltar as suas instituições e continuar fazendo esse trabalho por Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer e incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, eu tinha outro compromisso para participar, um seminário que teria que participar no dia de hoje, mas vou deixar esse compromisso para mais tarde ou para amanhã, porque essa matéria da Udesc é relevante. E temos que dar um resultado tranquilo para esses funcionários, para não sermos cobrados no dia de amanhã, pois quem trabalha, quem presta relevantes serviços à sociedade tem que estar preparado para atender à população. A Udesc é uma parte significativa do estado, temos em Florianópolis, foi para Lages, para o oeste do nosso estado, temos Udesc também em Laguna, e esta instituição presta relevantes serviços em todos os seus segmentos.

Por isso, cumprimento todos os servidores da Udesc, coloco-me à disposição para que juntos possamos construir mais qualidade de ensino, e que esta universidade possa ser cada vez mais um grande carro chefe em Santa Catarina.

Parabéns servidores, parabéns à Udesc.

(Manifestações das galerias)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão reservados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado José Milton Scheffer, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, técnicos da Udesc, professores que estão presentes.

Na tarde de hoje venho a esta tribuna com muito orgulho de estar na política catarinense e

poder dizer que no nosso estado há pessoas que fazem a diferença. Vários deputados já falaram aqui sobre o trabalho que a Udesc realiza em termos de formação e de pesquisa. Sou engenheiro agrônomo, formado na segunda turma do Centro Agroveterinário de Lages, portanto, conheço a Udesc muito, aprecio e valorizo.

Parabéns, pelo trabalho de todos! Contem conosco nesta Casa para acelerar o projeto pelo qual estão lutando, que considero justo, esperando que ande o mais rápido possível.

(Palmas das galerias)

Vamos solicitar uma reunião de líderes com a mesa diretora desta Casa para que este projeto possa tramitar mais rápido, até porque ele já é fruto de um acordo. Há recursos, há orçamento e é justo que seja votado em Plenário o mais rápido possível. Vocês ajudam a fazer a diferença, a construir e formar pessoas que fazem diferença em Santa Catarina.

Srs. deputados, em meio ao noticiário que mostra tanta corrupção e tanto mau exemplo, em nível nacional, vimos numa recente pesquisa feita entre as dez melhores notas, ou seja, os dez melhores conceitos numa escala de transparência Brasil Transparente, através de um estudo feito sobre as administrações municipais, em nível de Brasil para pesquisar as administrações que cumprem a lei da transparência focada nos resultados em que o cidadão consegue acompanhar suas aplicações, bem como o combate e o enfrentamento à corrupção. No momento em que o Brasil está sendo passado a limpo através do escândalo de corrupção da Petrobrás, nós, em Santa Catarina, no estudo feito pela escala Transparente Brasil, das dez melhores prefeituras do Brasil, de 5.665, quatro são de Santa Catarina.

Sr. presidente, para nós isso é motivo de orgulho, pois saber que nosso estado além de fazer diferença em diversos setores também têm municípios fazendo sua diferença em termos de qualidade de gestão pública. Isso é fruto da educação, do planejamento, da organização que

busca garantir o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A transparência é fundamental. Nós todos precisamos que a sociedade se mantenha vigilante e acordada a fim de levantar dados e propor ações populares, quando necessárias com fundamentos sólidos para evitar o desvio e a má aplicação dos recursos públicos.

Esta proximidade se dá nos municípios em que o cidadão conhece o vereador, tem contato com o prefeito, que também é conhecido por todos, e são esses fundamentos que precisamos para construir um novo pacto federativo. Quando falamos que há muitos recursos no governo federal e pouco nas cidades, quando ligamos a TV e vemos tantos escândalos, e ouvimos numa cifra de US\$ 150 milhões, num município é impossível acontecer um desvio de tamanha magnitude, porque o cidadão está ali, está próximo, acompanha tudo de perto.

Precisamos incorporar nesta Casa e em todas as Casas Legislativas do Brasil, um novo pacto federativo, uma nova fórmula de distribuir os recursos dos impostos para a sociedade, que priorize os municípios e os governos estaduais, porque todos em todo Brasil estão tendo muitas dificuldades em gerir suas finanças pelo "sufocamento" da União.

Com isso íamos aumentar o planejamento na aplicação dos recursos, porque o prefeito pode planejar uma obra sabendo que os recursos estão no seu caixa. Da mesma forma, o governador, que se vê na eminência de ter que buscar empréstimos em bancos, empréstimos em organismos internacionais para executar as obras como hospitais, presídios, penitenciárias, rodovias, porque o caixa dos estados brasileiros já não suporta mais. Com isso, diminuir o tamanho da fatia do governo federal é, sem dúvida nenhuma, um dos remédios que temos para diminuir a corrupção. Distribuir os recursos e fiscalizar, porque os prefeitos são fiscalizados.

Nós vemos notícias do Ministério Público, do Tribunal de Contas, acionando os prefeitos quando erram, e somos a favor disso, mas raramente ouvimos notícia de que um ministro, de que um

governador é denunciado por essas instituições. É mais fácil fiscalizar as administrações municipais. Isso é bom e tem gerado administrações municipais honestas, transparentes e que recebem prêmios como esse que estou citando hoje aqui.

Por isso, é preciso refletir e aproveitar esse momento em que o Brasil passa e fazer um grande debate com relação à aplicação de recursos públicos e, de uma vez por todas, implantar e discutir um novo Pacto Federativo como um instrumento, além de levar o recurso mais próximo da população, diminuir a concentração de recursos num único local e diminuir a corrupção no nosso país.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado José Milton Scheffer, pelo seu pronunciamento importante. Nós, v.exa. e este deputado, assim como tantos outros, já fomos prefeitos e conhecemos as histórias das prefeituras, sabemos como fomos fiscalizados e como são igualmente fiscalizados aqueles que estão, no momento, exercendo seus mandatos.

Agora, essa ação não pode ser somente municipal, tem que ser uma abrangente para que possamos ter um país transparente. Eu tenho hoje 32 anos de vida pública e nunca tive uma nota publicada dizendo do meu envolvimento com corrupção. Falo para o Parlamento de Santa Catarina que tenho orgulho, porque nenhum dos parlamentares aqui teve algum tipo de denúncia. Isso não é para contar vantagem nenhuma, isso é a nossa obrigação. Juramos cumprir nossa função e honrar o dinheiro público. Há muita gente que tem memória curta, mas Santa Catarina não tem esse registro.

Por isso, parabéns, deputado, Santa Catarina merece esse caminho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Manoel Mota, importante também lembrar que entre os alvos dos protestos de 2013,

2014, sempre figuravam a má gestão dos recursos da educação, da saúde, além do custo do transporte coletivo.

Os três serviços públicos são atribuições constitucionais e acabam, boa parte deles, também ficando sob a responsabilidade dos municípios que têm sofrido uma imensa dificuldade de mantê-los, entre outras razões, pelo desequilíbrio financeiro ao qual têm sido submetidos.

É preciso dar fim também, deputado Luiz Fernando Vampiro, à insegurança de prefeitos, de governadores, que devem ser avaliados pela capacidade da gestão dos recursos públicos através da seriedade administrativa e pelo compromisso com o bem público, e não nivelados por baixo, jogados na vala comum da insolvência financeira.

Assim, como ex-gestor municipal, também como ex-presidente da Fecam - Federação Catarinense de Municípios -, sei muito bem dos desafios que temos de vencer para atender às demandas da nossa comunidade e desenvolver uma boa gestão.

Por isso, quero, na tarde de hoje, parabenizar os agentes públicos, os prefeitos, catarinenses dos municípios que estão entre os dez municípios mais transparentes do nosso Brasil: Apiúna, o pequeno município Frei Rogério, Correia Pinto, na serra; em especial, o município de Imbuia, do nosso prefeito Antônio Oscar Laurindo, amigo e também progressista pelo trabalho que tem feito de transparência no poder público. São referências em nível de Brasil.

Quero dizer também que estaremos com os prefeitos reunidos na capital federal na XVIII Marcha dos Prefeitos, entre os dias 25 e 28 de maio, onde iremos debater e lutar pelas reivindicações municipalistas, conquistar melhoraria para os nossos catarinenses e, com isso, obviamente, deputado Manoel Mota, melhorar a vida das pessoas, porque as pessoas têm as suas necessidades é na cidade.

Por isso, a marcha que acontece na próxima semana em Brasília é fundamental no momento de reflexão, de crise que vive o Brasil e esse debate com os municípios, pois são as primeiras vítimas

dos cortes no orçamento da União e também do governo do estado.

Quero aqui apresentar a minha solidariedade e também votos de sucesso nessa marcha que será muito importante para o futuro dos municípios brasileiros.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores nos Partidos Políticos, iremos suspender a sessão até as 16h para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2015, de autoria do sr. deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual da Equoterapia, no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 0031/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual dos Produtores de Uvas e Vinhos.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Amanhã vamos deliberar os vetos. Não temos vetos para hoje.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes proposições:

Pedido de Informação n. 0109/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviado ao governador e à secretaria de estado da Justiça e Cidadania, solicitando informações acerca da estrutura organizacional, cronograma de obras, número de profissionais, capacidade e regime de atendimento, perfil dos atendidos e previsão de concurso público do Sistema Socioeducativo Catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca de, na hipótese de rescisão do acordo entre o governo e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, para operacionalizar o Samu, qual modelo operacional será adotado e qual órgão assumirá as respectivas funções, a estrutura que será mantida, estimativa de redução de despesas, e prazo previsto para implementação do novo modelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0111/2015, de autoria do deputado Ricardi Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da perspectiva de nomeação do remanescente de 150 candidatos aprovados no concurso público para o IGP, realizado em 2014, cronograma de nomeação e número de aprovados que serão nomeados em 2015, 2016 e 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0112/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários de estado da Educação e da Administração, solicitando informações acerca do concurso público realizado pela Fundação Catarinense de Educação Especial, edital 001/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0113/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações acerca da convocação dos aprovados no concurso do IGP, edital 001/2014, para auxiliar criminalístico e sobre a atual ocupação destes cargos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0114/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca da previsão de envio para a Assembleia Legislativa, do projeto de lei que tratará do Plano Estadual de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Câmara dos Deputados e à Câmara de Vereadores de Brusque, manifestando repúdio às atitudes de incitação à violência contra as mulheres praticadas pelos deputados federais Alberto Fraga (DEM-DF) e Roberto Freire (PPS-SP), e pelos vereadores Dejair Machado (PSD) e Jean Pirola (PP), respectivamente dirigidas à deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e à vereadora Marli Leandro (PT).

Em função da ausência da deputada Ana Paula Lima, está retirada de pauta essa moção.

Moção n. 0056/2015, de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada ao governador do estado e demais autoridades, manifestando apoio pela manutenção da passarela contida no projeto original das melhorias e reformas da Rodovia SC-135, nas proximidades do perímetro urbano do município de Tangará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0057/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente do Senado e aos líderes das bancadas, manifestando contrariedade ao Projeto de Lei Complementar n. 0034/2015, que nega ao consumidor o direito à informação sobre a presença de transgênico em alimentos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0059/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao presidente da Associação Beneficente Abadeus, manifestando aplauso pela celebração dos 55 anos de fundação da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0422/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem às empresas de telefonia Tim, Claro e Vivo, pedindo a regularização do sinal de celular e/ou a instalação de uma torre de telefonia celular na SC-281, no trecho entre os municípios de São José e Angelina, especialmente a localidade de Colônia Santana.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0423/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem ao superintendente de Varejo e Governo do Banco do Brasil no estado, pedindo a implantação de um posto de atendimento na localidade de Colônia Santana, no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0390/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0410/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0391/2015, 0411/2015, 0412/2015 e 0413/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0414/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0415/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0416/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0417/2015 e 0418/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0419/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0420/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0421/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0424/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0425/2015 e 0435/2015 de autoria do deputado Patrício Destro.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0361/2015, 0373/2015 e 0374/2015 de autoria do deputado Patrício Destro; 0362/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0363/2015, 0364/2015 e 0365/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0366/2015, 0367/2015, 0368/2015 e 0369/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0370/2015, 0371/2015 e 0372/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0375/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Sr. presidente, gostaria de saber do requerimento *ex-officio* que fala da prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aprovado.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Apresentamos esse pedido de prioridade para o projeto da Udesc para a ideia de que ele possa tramitar no máximo por duas sessões em cada comissão a fim de que venha ao plenário da Casa. Sei que há pressão de alguns parlamentares para uma negociação envolvendo um novo centro da Udesc, mas achamos que isso deva ficar para depois. O objetivo é a prioridade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aprovado.

Conforme requerimento aprovado pelos srs. líderes, suspenderemos a sessão por dez minutos, para que possa ser feita a divulgação da 27ª Festa Nacional do Pinhão pela equipe da prefeitura de Lages.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Luiz Fernando Vampiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, sr. presidente, prezados telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores da Udesc, deputados aqui presentes.

Eu quero falar sobre o I Fórum Parlamentar de Transporte Coletivo Intermunicipal. Todos nós temos conhecimento, principalmente pela imprensa, que no ano de 2015, no primeiro trimestre, houve alguns acidentes graves envolvendo transporte coletivo intermunicipal ou fretamento, ou transporte intermunicipal no estado que ocasionaram mais de 70 vítimas fatais.

Quando acontece um acidente dessa proporção com uma aeronave, há uma comoção muito forte nesse sentido, uma discussão muito intensa. Esta Casa Legislativa deixou o IGP fazer as apurações necessárias, a Polícia Civil abriu inquérito para apuração das omissões que ocorreram e, por uma solicitação da bancada estadual do PMDB, ocorreu na quarta-feira próxima passada, dia 13, às 17h30, aqui no Plenarinho desta Casa, um fórum. Chamamos para uma discussão o presidente do Deter, órgão que regulamenta o transporte de passageiros intermunicipal no estado de Santa Catarina; representantes da ANTT, o sr. Cassio Taniguchi, que representa a comissão Parlamentar de Mobilidade Urbana da capital; também chamamos os empresários, os presidentes de sindicatos do transporte turístico e de fretamento; e mais 18 empresas que fazem o transporte regular, ou seja, o transporte coletivo intermunicipal no estado de Santa Catarina.

Primeiramente, a situação relatada pelo presidente do Deter, sr. Fúlvio Brasil Rosar Neto, que daqueles acidentes que aconteceram no estado de Santa Catarina, apesar das vítimas serem nas estradas estaduais, sendo um com 21 e o outro com 51 mortos, em nenhum daqueles ônibus existia a regulamentação do Deter. Ou seja, existe a regulamentação nacional, que é pela ANTT, que faz a regulamentação do transporte interestadual e o internacional e o governo do estado de Santa Catarina que faz a regulamentação através do Deter do transporte intermunicipal e há, obviamente, a regulamentação pelos seus municípios que fazem o transporte municipal.

Assim, o primeiro acidente envolveu um transporte intermunicipal de fretamento turístico e o segundo foi efetivamente em relação a um transporte interestadual também sofrendo aquele sinistro na serra Dona Francisca.

Mas procuramos, não apenas debater acerca da segurança do transporte de passageiros intermunicipais, resolvemos debater como um todo, como meio seguro, eficaz de transporte e, principalmente, como uma questão de mobilidade

urbana nas grandes cidades em função dos inúmeros congestionamentos e outras demandas na questão ambiental que tem acontecido.

Assim, para vocês terem uma ideia, a concessão de transporte público regular intermunicipal teve um decréscimo de 35% na taxa de ocupação em relação ao ano de 2013 para 2014 e, assim, sucessivamente. Isso se dá através de inúmeras situações, primeiro da nossa legislação, que rege e regulamenta o transporte intermunicipal no estado de Santa Catarina, que é de 1980. É uma legislação que, às vezes, contribui para as omissões e as questões de segurança. Eu vou elencar alguns pontos específicos que precisam se modernizar no transporte intermunicipal, principalmente esse regular, que é um transporte que tem 625 linhas ao dia, que perfazem um milhão de quilômetros rodados por dia, e uma segurança muito grande, mas ele está perdendo a sua condição de competitividade por inúmeros aspectos.

O primeiro aspecto é a regulamentação da tarifa. Ela é regulamentada o trecho pelo seu preço máximo e preço mínimo. Ou seja, não há margem para a competitividade. Enquanto o setor aeroviário tem uma expansão muito forte com a competição das empresas privadas, que apresentam somente o teto máximo, mas não apresentam o teto mínimo, acontece uma concorrência salutar. O transporte intermunicipal de passageiros, o transporte de ônibus regular, tem uma limitação muito forte nesse sentido, que a partir do ano passado, no Congresso Nacional, por uma regulamentação na ANTT, pode sofrer as alterações. São essas alterações que nós vamos propor através do Deter, nesta Casa.

Primeiro ponto específico: as concessões menos burocratizadas, com preço máximo, mas não preço mínimo, para torná-la mais atrativa; o segundo ponto é a vida útil desse transporte.

Hoje, temos ônibus principalmente de frentamento turístico, os regulares, vamos dizer, que têm mais vida útil que outros, principalmente esses de turismo e fretamento, mas temos uma média de vida útil desses ônibus de sete anos no estado

de Santa Catarina. É uma das maiores médias. A média, por exemplo, do Espírito Santo é de 12 anos, média regular de validades desses equipamentos, ou seja, dos ônibus.

A nova regulamentação que vem para esta Casa, segundo a ANTT e o Deter, vai baixar para cinco anos a vida útil dos ônibus nesse sentido.

Hoje, para quem transita de carro, há notificações que efetivamente impõem uma sanção punitiva muito grande.

Em relação às multas que hoje estão sendo praticadas no estado de Santa Catarina para o transporte irregular, às vezes, é mais benéfica do que fazer o transporte regular. A multa mínima hoje aplicada ao transporte regular de passageiros é de R\$ 32,00 e a máxima é de R\$ 700,00. Enquanto o transporte interestadual a multa mínima é de R\$ 792,00 e a máxima é de R\$ 7.953,00, ou seja, há obviamente a vontade dessa nova legislação para suprir a de 1980, com uma multa maior para termos segurança da fiscalização e da ação punitiva coercitiva daqueles que infringem as normas regulamentadoras dos transportes intermunicipais.

Outra situação que ficou muito caracterizada é a nova modalidade, principalmente de fretamento, e também do transporte turístico para tirar esses inúmeros veículos que transitam todos os dias e o fretamento, como uma maneira alternativa, isto é, na busca de soluções do trânsito em cidades de grandes proporções.

Então, foi uma ampla discussão sobre esse futuro com relação ao transporte e, se não houver uma modernização na legislação, o transporte vai ficar prejudicado, ou seja, não é qualquer setor que consegue absorver 35% a menos da sua capacidade com relação ao mesmo movimento do ano anterior. Quer dizer, o setor vem decrescendo, não se tornou competitivo, é um transporte seguro, mas hoje, se formos fazer uma viagem de Florianópolis até Chapecó, não se utiliza mais o transporte regular intermunicipal de ônibus, mas as aeronaves por serem mais rápidas e convidativas, principalmente no quesito financeiro.

Então, foram essas as considerações que fizemos, abrimos aparte para todas as pessoas que participaram, estando presentes o deputado Fernando Coruja, o deputado Mario Marcondes, que participaram do debate. Ao final, chegamos à conclusão de que o Deter estará enviando à Casa Civil nestes próximos dias um esboço para que efetivamente se consolide esse projeto de lei do Poder Executivo e seja enviado para a Assembleia Legislativa fazer as adequações e entendimentos necessários, para que o transporte intermunicipal seja turístico, de fretamento ou regular e se torne mais competitivo e mais seguro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que ainda estão na Casa, quero cumprimentar os nossos ouvintes da Rádio Alesc Digital, os telespectadores da TVAL, os funcionários públicos que estão presentes e, aos fiscais sanitaristas da Udesc, gostaria de prestar a nossa solidariedade.

Eu gostaria, sr. presidente, de rapidamente mencionar o nosso roteiro de final de semana, iniciando por Urussanga, onde prestigiamos o Congresso Regional da Umadescp, que teve uma belíssima apresentação artística com uma orquestra com mais de duzentos músicos no ginásio municipal, com a presença do prefeito Johnny Felipe. Parabéns a toda organização da Umadescp, região sul, pela bela festa no último sábado.

Sr. presidente e srs. deputados, domingo estivemos em Ponte Serrada, para acompanhar a pós tragédia, onde em contato com o secretário da Defesa Civil, pudemos ver de perto os trabalhos de reconstrução da cidade, que não esteve tanto nos holofotes quanto Xanxerê, até por ser de uma expressão econômica menor, mas extremamente necessitada da ajuda do governo federal e estadual.

Quero parabenizar os sessenta voluntários de Joaçaba que foram até Ponte Serrada para ajudar na reconstrução de residências, enfim, fazer todo um trabalho que certamente se dará a médio e em longo prazo, em especial nas empresas, deputado Cesar Valduga, v.exa. compartilhava comigo, que foram seriamente prejudicadas e que comprometem a economia da cidade de Ponte Serrada. Esperamos que de fato o governo federal e o governo estadual possam ajudar a amenizar a dor e, no caso de Ponte Serrada, as perdas das nossas empresas daquela região.

Sr. presidente, ontem recebemos a visita, na cidade de Blumenau, do sr. governador, que esteve prestigiando os 114 anos da Associação Empresarial da Cidade de Blumenau, aliás, a primeira associação empresarial do estado de Santa Catarina, fundada em 1901, portanto completando 114 anos, com a eleição da nova diretoria, dos diferentes segmentos representativos da Acib. Desejamos sucesso ao amigo Amaral que foi reeleito presidente da Acib, ele que conduz os destinos da empresa Hering, que demonstrou mais uma vez a pujança, a força da economia de Blumenau e do vale do Itajaí, com a presença de vários deputados, do nosso secretário de Desenvolvimento Econômico, deputado Carlos Chiodini, e de prefeitos de toda região.

Quero agradecer ao sr. governador, é justo que o façamos, pelo anúncio do investimento de R\$ 21 milhões na área de infraestrutura. Projetos que já há tempo vinham sendo demandados pela região, para a SC-108, o anel viário de Gaspar e o complexo presidiário de Blumenau.

Enfim, áreas também na questão da saúde para o hospital Santo Antônio um anúncio aí de um pacote de investimento de R\$ 21 milhões, que vai atender Blumenau e toda região do vale do Itajaí. E fica aqui o nosso reconhecimento ao sr. governador e aos srs. secretários de estado que lá estiveram para prestigiar este evento da Acib, como disse, pela passagem dos seus 114 anos.

Desejando mais uma vez sucesso para o próximo biênio da Acib, em especial, no trabalho que fazem

junto as nossas empresas e ao comércio de Blumenau e região.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Cesar Valduga, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, os servidores, professores, colaboradores da Udesc, e dizer que contem com o nosso total apoio e que a luta de vocês deve ser, sem dúvida nenhuma, uma luta de todos nós deputados e que subterfúgios não podem atrapalhar o avanço da Educação no estado de Santa Catarina. Vejo que vocês desenvolvem um importante trabalho para o nosso estado e que podem contar com a gente.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, quero congratular-me com o deputado Ismael dos Santos e parabenizá-lo pela presença nos municípios de Ponte Serrada e Xanxerê. Não podemos ficar apenas na solidariedade, mas que realmente haja ações eficazes com relação à situação de Xanxerê e de Ponte Serrada. Somente solidariedade não é o suficiente, como muito bem v.exa. aqui, mas temos que ter ações práticas, efetivas.

E nesta oportunidade quero aproveitar e parabenizar a Defesa Civil de Santa Catarina do estado de os órgãos governamentais federais que se empenharam. Mas que as ações efetivas venham a acontecer daqui pra frente. Que os recursos sejam liberados para que a reconstrução, tanto de Xanxerê como de Ponte Serrada, venha acontecer.

Mas está de parabéns o povo de Joaçaba, o povo catarinense de diversos municípios, prefeitos que se empenharam e estão se empenhando na reconstrução desses municípios que foram completamente atingidos por esta grande catástrofe que nós vivemos nesses dois importantes municípios do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, também venho manifestar-me com relação ao acontecimento no dia 06 de maio,

quarta-feira, momento triste que a Câmara dos Deputados viveu em nível nacional.

O nosso apoio, o nosso manifesto é em solidariedade à deputada Jandira Feghali, do PCdoB. Uma mulher parlamentar, combativa, que representa, com muita dignidade, a população do Rio de Janeiro, do Brasil, em especial, as mulheres no Congresso Nacional.

(Passa a ler.)

"Ela foi agredida na quarta-feira, 6 de maio, durante a sessão plenária da Câmara dos Deputados, por dois colegas em uma demonstração clara de discriminação de gênero. Jandira Feghali foi vítima de um comportamento reiterado do Parlamento que incita a violência contra a mulher e passa ao longo de uma sociedade justa e democrática, valores que deveriam ser caros aos representantes da população.

Repudio toda e qualquer forma de violência contra a mulher, seja no Congresso ou em qualquer outro espaço. Infelizmente, o ocorrido na Câmara Federal não é o primeiro caso, o que reforça nossa convicção de que uma reforma política que inclua mais mulheres nos espaços de poder e garanta a igualdade de gênero será capaz de contribuir para a transformação da cultura patriarcal e machista de violência a que as mulheres foram e são submetidas.

A violência contra a mulher não é o Brasil que eu quero ver, não é o nosso estado que queremos ver, é ter firmeza em suas ideias e ser contundente na defesa de suas opiniões é muito diferente de agredir, de desqualificar de fazer apologia à violência, e Jandira Feghali é uma deputada firme nas suas ideias e em seus pronunciamentos é sempre muito contundente na defesa das suas opiniões e da opinião do nosso povo brasileiro e do nosso partido.

Para nós é motivo de orgulho ter uma mulher como líder do nosso partido, PCdoB, num espaço que tem se mostrado cada vez mais conservador, machista e misógino como a Câmara Federal, é inadmissível a violência contra a mulher! Um espaço onde deveria acontecer os debates nos

campos das ideias, um espaço democrático que deve ser levado de exemplo a todos nós, brasileiros, mas nós vivemos um momento de muita tristeza em relação ao que aconteceu na Câmara dos Deputados de forma histórica, raivosa, deputada Dirce Heiderscheidt, onde parlamentares fazem afronto moral e também agressivo a uma parlamentar brasileira.”

Então o nosso repúdio! E nós, como bancada do PCdoB, temos nos manifestado, em todo o nosso Brasil, sobre atitudes como essas não podem acontecer no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, em nenhum lugar do nosso Brasil e do mundo.

Então, queremos aqui manifestar a nossa solidariedade a essa grande guerreira, Jandira Feghali, do PCdoB.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - O próximo orador inscrito para falar é o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente Dirce Heiderscheidt, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL.

Apesar do pessoal já ter saído do auditório, quero manifestar aqui o meu apreço e apoio por esta grande instituição educacional que é a Udesc, não diferente dos meus pares deputados da bancada progressista que comungam da mesma ideia. E espero que esse projeto realmente saia da comissão de Constituição e Justiça na maior brevidade possível e celeridade para que possamos fazer a votação mesmo, porque é um encaminhamento de entendimento entre o governo e a direção da Udesc, líder do governo Silvio Dreveck. Por isso que não temos aqui o direito de tentar atrasar ou coisa parecida.

Eu penso que as dúvidas, sim, precisam ser dirimidas, esclarecidas, mas com brevidade para que o sistema educacional não tenha prejuízo.

Sr. presidente, quero chamar a atenção para um problema que precisa urgentemente de uma solução,

estamos falando, pode-se dizer de uma tragédia anunciada.

A cabeceira da ponte sobre o rio Cova Triste, em Paulo Lopes, sofreu um deslizamento, na última semana, em um dia de chuva forte e até hoje nada foi feito para garantir a segurança de quem transita na BR-101, em direção ao sul do estado. Fizemos uma indicação solicitando ao superintendente do DNIT para que medidas urgentes sejam tomadas.

Para que vocês tenham noção do que acontece lá, na altura do Km 258, alguns cones de trânsito indicam que tem problema na pista. E aqui temos um vídeo, colocando com clareza e lucidez o que realmente ocorreu por consequência daquele dia de precipitação dos níveis de chuva, realmente ficando extremamente vulnerável a ponte, da forma como lá está posta, em função da intempérie ocorrida.

Tem problema na pista e deixam um trecho em pista única, logo após o túnel do Morro Agudo. O próprio DNIT teria feito a sinalização e colocado uma barreira de asfalto, que é o que vocês estão visualizando neste vídeo. Quer dizer, uma medida paliativa muito precária, dando as mínimas condições de visibilidade e de segurança. Uma barreira de asfalto por onde a água desce.

Quem passa, à noite, pode não identificar a sinalização, em ocasiões de fortes temporais, como os que temos enfrentando com frequência. Não estamos falando de uma estrada de pouco movimento, estamos falando da situação da BR-101, uma rodovia federal, em um trecho que é o principal acesso sul catarinense para milhares de veículos que transitam por ela a cada hora.

Uma manutenção imediata pode evitar sérios transtornos. Não podemos deixar acontecer a queda da ponte, talvez por consequência de não ter realmente uma manutenção emergente, rápida, eficaz e preventiva.

Esse trecho sul, ao longo de muitos anos, toda sociedade, não só catarinense, mas do próprio Mercosul, aliás, é a rota do Mercosul, vem esperando ansiosamente, e uma expectativa muito

grande aguardando que definitivamente essa rodovia seja liberada através de ponte Anita Garibaldi, do Morro do Formigão, do túnel, e tantos percalços que nós visualizamos ao longo de todos esses anos, em que dezenas e mais dezenas de vidas, deputado Cesar Valduga, foram ceifadas.

E o questionamento que se faz é de quanto custa uma vida. A gente sempre acha que só vai acontecer com as outras pessoas, de outras famílias, mas, a qualquer momento, qualquer um de nós que passamos, os transeuntes que se utilizam dessa rodovia diuturnamente, semanalmente, ou mensalmente, correm, frequentemente, risco de vida.

Aliás, eu, ainda em 2005, quando estivemos em uma audiência pública no DNIT, e lá, para mim ficou muito claro, não só para mim, para todos os deputados estaduais e a nossa bancada federal que lá estava, da cobrança do pedagiamento. Já existiam rumores de um contrato de gaveta em que a parte sul seria liberada mediante a cobrança do pedagiamento da parte norte.

E execução da obra da parte sul seria liberada, ou seja, de Palhoça até Passo de Torres, a partir do momento em que o pedagiamento fosse efetivado na parte norte. E não diferente, o pedágio cobrado aqui na divisa de Paulo Lopes, anteriormente em Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, v.exa. que teve o privilégio e a oportunidade de comandar aquele município junto com o seu esposo, na condição de primeira-dama, sabe do que estou falando, do pedagiamento que foi colocada na Palhoça e que, de acordo com o contrato de concessão, era na divisa limítrofe entre Paulo Lopes e Palhoça.

E por um ato, digamos, escuso, acabaram e com muita rapidez e agilidade manipulando a população durante muito tempo, tendo que fazer a cobrança do pedágio. Aonde na essência o que preconizava o escopo original do projeto estrutural das concessões, teria que ser lá onde hoje está situada, direito e de fato, a praça de pedágio.

Veja bem, eu sou um ferrenho defensor das PPPs - Parcerias Público Privadas -, aliás, acredito

que o estado não tem que produzir nada. O estado tem que ter agências reguladoras fortes com poder de fisco e de fomento e colocar na mão da iniciativa privada, que faz com excelência os seus serviços, com grande grau de competitividade, proporcionando condições e qualidade de vida dos cidadãos, que são os pagadores legítimos dos impostos. Agora há necessidade realmente de se promover segurança jurídica. E essa que tem que fazer é o poder público. E quando falo isso é dentro de uma cadeia integrada, o ente municipal, o federal e o estadual, dentro de uma ação conjunta, integrada dentro dos poderes constituídos para flexibilizar a legislação, pois a realidade que estamos vivendo é pelas demandas reprimidas que a sociedade tem.

Por isso, fiz essa manifestação, por um pedido acalentado pelo eminente vereador do município de Paulo Lopes, Jucinei de Souza, o Nei, amigo nosso, que juntamente com os demais vereadores, dentro de uma ação suprapartidária reivindicam e clamam por uma sinalização mais humanizada, mais clara, com margem lastreada de segurança, por conta dessa concessão dessa rodovia que é a veia mestra do desenvolvimento, do escoamento da produção do PIB, não apenas catarinense do extremo sul e de todo Mercosul.

Por essa razão é que faço essa menção, através desta tribuna, chamando realmente a atenção dos técnicos do DNIT para deem celeridade e procedimento o mais rápido possível, com urgência, para que possamos evitar uma fatalidade. Por isso é que estamos chamando a atenção desse órgão tão importante para o desenvolvimento das rodovias no país, de maneira especial a BR-101. Se tiver que acontecer pedagiamento, que venha, mas de uma forma clara, transparente, discutida com a sociedade. Aliás, eu não entendo porque quando circulo no Rio Grande do Sul ou no Paraná eu vejo um pedágio com custo elevado e aqui em Santa Catarina um custo baixíssimo, ou lá tem gordura demais ou aqui é inexequível, porque não tem como explicar esse ponto e o contra ponto nessa

questão. Mas na verdade quem paga a conta é o consumidor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Na realidade v.exa. é o grande defensor do sul de Santa Catarina. E com certeza essa é uma rodovia de suma importância para os catarinenses. Certamente nenhum catarinense se furtaria de pagar pedágio se tivesse uma rodovia em bom estado.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente e srs. deputados, venho a esta tribuna para fazer a prestação de contas de uma parte da viagem à Alemanha, na semana passada, acompanhando a deputada Ana Paula Lima e o deputado Décio Lima, no Seminário Brasil e Alemanha de Administração Tributária, que foi promovido pela Federação dos Sindicatos de Fiscais do Brasil. Fomos também a convite do sindicato de fiscais do estado de Santa Catarina. E na quinta-feira estarei fazendo a prestação de contas da segunda parte da viagem. A comitiva ainda está retornando, mas por causa de um compromisso tive que antecipar a minha volta.

Mas, eu queria, deputado Silvio Dreveck, dizer que a Universidade Humboldt, onde estivemos, é uma das mais antigas da Alemanha. Lá se formaram Albert Einstein, Otto Von Bismarck, Karl Marx. Essa universidade tem 29 Prêmios Nobel da Paz. É considerada a quarta melhor do mundo e a mãe de todas as universidades. Foi fundada em 1910, então há toda uma história. E neste ambiente ocorreu o seminário.

Fiz, como sempre faço, um vídeo para prestar contas da viagem. E gostaria de pedir para que a assessoria pudesse rodar a primeira parte, feita na cidade de Berlim. Trarei a segunda parte na quinta-feira, pela manhã, que mostra a visita ao porto de Hamburgo.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Deputado Ismael dos Santos, foram dois dias de extrema importância para verificarmos essa questão. Um dos assuntos tratados é a bitributação que existe nas empresas que têm sede na Alemanha e filiais no Brasil. A mais antiga é a Volkswagen, que está no Brasil há 60 anos, e a caçulinha é a BMW, que está há pouco tempo em Santa Catarina.

Essas empresas pagam tributos aqui no Brasil e a Alemanha não reconhece, chegam lá e pagam de novamente. E nós estivemos tratando sobre esses assuntos para que haja um acordo bilateral entre Brasil e a Alemanha, para que esses tributos possam ser reconhecidos pela Alemanha e facilitem a vida das empresas que têm sede aqui.

Nos últimos dez anos a relação comercial do Brasil e Alemanha aumentou três vezes. E agora em setembro, em Joinville, acontecerá um encontro de empresários brasileiros e alemães focados nas pequenas e micro empresas. Isso é muito legal, porque muitos pensam nas grandes empresas, nas multinacionais, mas desta vez o encontro, em Joinville, vai tratar especificamente da relação com o pequeno, micro e médio empresário nas relações internacionais e, principalmente, com a Alemanha.

Também vimos lá que o Brasil, como disse o deputado Décio Lima, desde o tempo do império, persegue o conceito e o exemplo tributário da Alemanha. E em alguns casos o Brasil está bem à frente do processo, como por exemplo, no uso da tecnologia. Nós estamos bem adiantados quando se trata do uso da informática, da tecnologia para a questão dos impostos. Temos a nota fiscal eletrônica, o Imposto de Renda via *on-line* para o cidadão comum. Tudo isso o Brasil está bem à frente. E, agora, é hora do professor, é hora daquele que toda vida ensinou, aprender conosco nesse setor do uso da tecnologia.

Eu quero agradecer o Sindicato dos Fiscais aqui de Santa Catarina - Sindifisco -, pelo convite. Foi muito interessante e quero dizer, aqui, para terminar, algo que acho muito interessante. O Sindicato dos Fiscais do Estado de Santa Catarina, o Sindifisco, além de atender,

lutar pelas questões internas e corporativas de seus filiados, tem um extremo cuidado e um assunto de extrema importância, que é a vida financeira do estado de Santa Catarina.

Em momento algum nós vimos, neste seminário, serem tratadas questões corporativas. O tempo todo e quero aqui dar esse testemunho, foram tratados assuntos relacionados à vida tributária e financeira do estado na questão de isenção de impostos, o cuidado que tem isso no combate à sonegação, o ser justo na cobrança, no trabalho que eles fazem e, como disse a deputada do Parlamento alemão, eles são a casa das máquinas e fazem um trabalho que, muitas vezes, não aparece.

Mas, com certeza, os fiscais da Fazenda fazem o seu trabalho que, muitas vezes, não é reconhecido e visto, mas a partir dali toda a máquina e a estrutura do estado funciona por conta da atividade deles.

Por isso, deixo aqui o meu reconhecimento e a alegria em ver uma categoria tão unida, uma categoria tão preocupada com o bem-estar do cidadão, e não somente com a questão corporativa, salarial ou de benefícios próprios.

Mais uma vez muito obrigado pelo convite. E faço isso pela forma com que presto contas dessa viagem. Amanhã estarei em Brasília a trabalho da Assembleia Legislativa, mas na quinta-feira, sr. presidente, vou trazer aqui o nosso relatório do porto de Hamburgo. Só para imaginarmos, o porto de Itajaí tem 750m de berço, o porto de Hamburgo tem 53km.

Nós vamos mostrar essa grandeza e, mesmo assim, vieram a Santa Catarina buscar experiência....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.